



COMITÊ ORIENTADOR DO FUNDO AMAZÔNIA

Registro de Encaminhamentos e Temas – RET da 18ª Reunião

Sede do BNDES – Rio de Janeiro – RJ

28 de agosto de 2015 – 14h às 18h

PAUTA

- 14h** **Abertura: Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente, Francisco Gaetani**
Diretor do BNDES, Henrique Paim
- 14h30min** **Aprovação do Registro de Encaminhamentos e Temas (RET) da 17ª Reunião**
- 14h45min** **Tema de Pauta:**
Encaminhamentos em relação ao Ofício nº 167/2015/SECEX/MMA, no qual solicita-se a revisão e o redimensionamento dos projetos do Fundo Amazônia
- 16h15min** **Apresentação de Informes**
1. Relato dos avanços e encaminhamentos das quatro comissões temporárias temáticas (*Cerrado, cooperação Sul-Sul, setor privado e municípios*)
 2. Balanço do Cadastro Ambiental Rural (CAR)
 3. Preparação do Brasil para a COP-21 (Paris) e submissão da INDC Brasil
 4. Declarações conjuntas sobre clima com China, EUA e Alemanha
- 17h30min** **Encaminhamentos**
- 18h** **Encerramento**



Foi distribuída aos participantes uma pasta contendo o seguinte material de apoio:

- 1** Agenda da Reunião
RET da 17ª Reunião

Tema de Pauta 1

- 2** Encaminhamentos em relação ao Ofício nº 167/2015/SECEX/MMA, no qual solicita-se a revisão e o redimensionamento dos projetos do Fundo Amazônia
- Página de Instrução
 - Apresentação (PPT) do Fundo Amazônia

Informes

- 3** Relato dos avanços e encaminhamentos das quatro comissões temporárias temáticas (Cerrado, cooperação Sul-Sul, setor privado e municípios)
Balanço do Cadastro Ambiental Rural (CAR)
Preparação do Brasil para a COP-21 (Paris) e submissão da INDC Brasil
Declarações conjuntas sobre clima com China, EUA e Alemanha

- 4** Regimento Interno do Comitê Orientador do Fundo Amazônia
Decreto 6527/2008
Diretrizes e Critérios para aplicação dos recursos do Fundo Amazônia e focos de atuação para o biênio 2015 e 2016



Abertura dos trabalhos

A reunião foi iniciada com as saudações e boas vindas aos presentes pelo Secretário-Executivo do MMA, Francisco Gaetani.

Em seguida, passou a palavra para o Superintendente da Área de Meio Ambiente do BNDES, Gabriel Visconti, que também cumprimentou todos os presentes e enalteceu o esforço de todos, que possibilitou a realização de uma segunda reunião do COFA no prazo definido na 17ª reunião.

1. Discussão e aprovação do RET da 17ª Reunião do COFA

Francisco Gaetani (MMA) perguntou aos membros do COFA se haveria alguma proposta de ajuste ou de aprimoramento na redação do RET da 17ª reunião desse Comitê. Na oportunidade, Kleber Luiz Santos dos Santos (COIAB) indagou se não estaria prevista para esta reunião um balanço do andamento da chamada pública para elaboração e implementação de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) em Terras Indígenas.

Gabriel Visconti (BNDES) esclareceu que os projetos enquadrados no âmbito da chamada ainda não estavam com o processo de análise adiantados o suficiente para ser apresentado um balanço adequado, e que a ideia seria fazê-lo na próxima reunião do COFA. Todos estando de acordo, foi aprovado por unanimidade o RET da 17ª reunião do COFA.

2. Encaminhamentos em relação ao Ofício nº 167/2015/SECEX/MMA, no qual solicita-se a revisão e o redimensionamento dos projetos do Fundo Amazônia

Passou-se para a discussão acerca do Ofício nº 167/2015/SECEX/MMA. Francisco Gaetani (MMA) iniciou contextualizando a motivação para o envio do referido Ofício, enviado por ele ao Diretor Henrique Paim (BNDES). Afirmou que o Fundo Amazônia está encerrando um segundo ciclo de sua trajetória. O primeiro ciclo foi de identificação de caminho e de estruturação, com volume modesto de recursos desembolsados. O segundo ciclo é o atual, com uma carteira robusta, com o conjunto de aplicações feitas, com uma série de experiências já em processo de amadurecimento e alguns projetos se aproximando da sua conclusão.

Mas há algumas questões a serem endereçadas, continuou, e o Ofício foi no sentido de sugerir ao BNDES, na condição de gestor, que observasse essas situações. Em seguida, Francisco Gaetani (MMA) apresentou uma tabela com o grau de execução dos projetos. A título de exemplo, observou que os estados e a União Federal apresentam desempenho mais problemático. A formulação original do Fundo Amazônia, continuou, prevê a captação de recursos condicionada à performance dos projetos e aos resultados alcançados. Concluiu que há uma situação no andamento dos projetos da União e dos governos estaduais que é bastante preocupante, inclusive no que tange projetos do próprio Ministério do Meio



Ambiente. Esclareceu que essas foram as principais preocupações que motivaram o encaminhamento ao BNDES do Ofício nº 167/2015/SECEX/MMA, em que propôs ao banco avaliar mais detidamente a carteira de projetos, alguns dos quais com uma execução muito baixa, de modo a otimizar a utilização dos recursos disponíveis no Fundo Amazônia.

Francisco Gaetani (MMA) comunicou, então, que o governo alemão comprometeu-se com um aumento substantivo de sua participação no Fundo Amazônia, de 100 milhões de euros nos próximos anos, até 2020, e também uma operacionalização de um empréstimo com o BNDES na área florestal, de valor análogo. Isso, disse, significa um aval ao trabalho desenvolvido e um compromisso do governo alemão com o Fundo Amazônia. Por outro lado, frisou, também aumenta a responsabilidade com relação à utilização dos recursos.

Adicionalmente, prosseguiu Francisco Gaetani (MMA), haverá nas próximas semanas a visita da Ministra de Meio Ambiente da Noruega, que virá ao BNDES, quando estará com a Ministra Izabella Teixeira, e fará visita de campo a alguns projetos em execução. Isso vem aumentar a responsabilidade quanto à adequada alocação e prestação de contas dos recursos disponíveis ao Fundo Amazônia.

Do ponto de vista da gestão dos recursos, continuou Francisco Gaetani (MMA), uma das coisas que mais compromete a atuação do Fundo Amazônia são recursos alocados, mas não desembolsados ou não executados. Essa a razão do Ofício nº 167/2015/SECEX/MMA, e colocou-se à disposição para discutir o assunto, caso haja alguma dúvida, ou alguma coisa a ser esclarecida. Declarou confiar também na equipe do BNDES para conduzir essas negociações caso a caso, de forma profissional e cuidadosa. Destacou que o objetivo não é punir ninguém, não é romper compromissos. Finalmente, Francisco Gaetani (MMA) reiterou ser uma situação inadmissível a existência de recursos empoçados no Fundo Amazônia e abriu a palavra para outras manifestações.

João Bosco dos Santos (FBOMS) perguntou quais os Estados que estão com recursos empoçados.

Gabriel Visconti (BNDES) propôs fazer uma apresentação sobre o assunto, que serviria também para responder à questão de João Bosco dos Santos (FBOMS), bem como para equalizar o conhecimento de todos sobre o tema. Apresentou, então, um levantamento de informações desde a origem do Fundo Amazônia, desde quando as primeiras consultas foram recebidas, mostrando quantos projetos foram encaminhados ao Fundo Amazônia e quantos foram efetivamente aprovados, qual o valor daqueles projetos que chegaram ao BNDES e qual o valor que foi aprovado. Mostrou, então, que 519 projetos foram apresentados ao BNDES pleiteando recursos do Fundo Amazônia, no montante total superior a R\$ 9 bilhões, ou seja, uma demanda mais de quatro vezes superior ao total das atuais disponibilidades, ainda que inferior ao potencial de captação.



Gabriel Visconti (BNDES) esclareceu ainda que o processo de trabalho do BNDES não começa na área de Meio Ambiente, mas na Área de Planejamento, que é a área que recebe todas as operações, não só aquelas do Fundo Amazônia, mas de qualquer operação, apoiada diretamente ou indiretamente de maneira não automática. O fluxo se inicia no Departamento de Prioridades, que analisa cada projeto à luz das Políticas Operacionais do BNDES e das Diretrizes do COFA, e os encaminha para o Comitê de Crédito e Enquadramento, integrado pelos Superintendentes do BNDES, que decide quais operações devem prosseguir para a análise ou não. Só nessa primeira triagem já há um volume grande de projetos que não passam, porque estão em desacordo, porque o pleito não faz sentido, porque está fora das regras, está fora do bioma, enfim, há inúmeras razões pelos quais projetos apresentados não são encaminhados para a próxima etapa.

Ou seja, continuou Gabriel Visconti (BNDES), um percentual elevado dos projetos apresentados é eliminado já nesse primeiro filtro. Os que passaram dessa etapa são os 75 projetos que constam da carteira de projetos já aprovados, inclusive os já contratados, mais aqueles que estão sendo analisados pelas equipes do Fundo Amazônia e do Departamento de Prioridades. Dentre estes, se incluem aqueles apresentados por meio da chamada pública para elaboração e implementação de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) em Terras Indígenas, referidos por Kleber Luiz Santos dos Santos (COIAB).

Portanto, a demanda por recursos apresentada ao BNDES é muito superior ao montante aprovado, devido ao cuidado que o BNDES toma ao longo do fluxo de tramitação dos projetos, que resultam na seleção dos melhores projetos. O problema reside, acrescentou Gabriel Visconti (BNDES), no fato de que há problemas também na execução de alguns dos 75 projetos aprovados.

Em seguida, Gabriel Visconti (BNDES) apresentou a composição da carteira dos 75 projetos aprovados, segundo a natureza dos proponentes, ressaltando que essas informações estão permanentemente disponíveis no *site* do Fundo Amazônia: os Estados hoje representam 45% aproximadamente do total de recursos aprovados, a sociedade civil 29%, União 21%, Universidades 2%, projetos internacionais (apenas um projeto, da OTCA - Organização do Tratado de Cooperação Amazônica) 2% e Municípios com cerca de 1%. Mencionou que esses percentuais seriam distintos se apresentados por número de projetos, pois, por exemplo, o número de projetos apresentados pelo Terceiro Setor é superior àqueles encaminhados pelos Estados, pois estes tem um valor médio naturalmente superior.

Gabriel Visconti (BNDES) apresentou então um quadro com o grau médio de execução dos projetos (aferido como o percentual executado em relação ao prazo transcorrido médio ponderado). Os projetos da União têm um índice de execução de 0,10, os Estados de 0,31, o Terceiro Setor de 0,60, as Universidades de 0,67, os Municípios de 0,74 e o único projeto internacional, da OTCA, de 0,81. Mencionou que idealmente todos os projetos apresentariam índice de execução igual a 1, mas que isso não é factível, por variados motivos.



Gabriel Visconti (BNDES) referiu-se então à pergunta anteriormente formulada por João Bosco dos Santos (FBOMS), indagando quais Estados teriam os maiores problemas de execução.

Gabriel Visconti (BNDES) ponderou que talvez não fosse o caso de se analisar casos e situações individuais, sob pena de a reunião se estender de forma pouco produtiva. Propôs então que, por uma questão de efetividade, a discussão se concentrasse na análise dos problemas de execução em geral, bem como das medidas a se tomar para mitigá-los, de modo a buscar alcançar as metas pactuadas, os indicadores definidos e o escopo que foi planejado para cada projeto. Não obstante, continuou, nos casos de projetos com problemas na sua execução, a equipe do Fundo Amazônia buscará encaminhamentos, em conjunto com o proponente, que sejam positivos para o resultado final do projeto e para o resultado do Fundo.

Em seguida, Gabriel Visconti (BNDES) apresentou um gráfico com a evolução das aprovações e desembolsos do Fundo Amazônia desde sua criação. No gráfico, fica explícito que na comparação do período 2014/2015 com o período 2013/2014 há uma redução no crescimento das aprovações e do desembolso, como consequência das dificuldades de execução apontadas, que dificultam novas aprovações e o volume de desembolsos. É necessária, continuou, a tomada de medidas para tratar dessas dificuldades. É essa a razão do Ofício nº 167/2015/SECEX/MMA.

Gabriel Visconti (BNDES), então, elencou exemplos de motivos que levam a atrasos na execução de projetos: atrasos em licitações; desmobilização de equipes; descontinuidade do projeto; projetos elaborados por terceiros sem apropriação pelas equipes executoras; demora na obtenção de licenças e/ou manifestações de conformidade dos órgãos ambientais; dificuldades na sistematização da prestação de contas; dificuldades para viabilizar ou comprovar contrapartidas etc. Portanto, enfatizou que há a necessidade de que as partes envolvidas contribuam para sua solução, o BNDES enquanto gestor e os beneficiários enquanto executores dos projetos.

Gabriel Visconti (BNDES) apontou ainda que as soluções às vezes são distintas. Por isso, afirmou que a equipe do BNDES irá buscar identificar junto aos beneficiários quais são esses problemas e pensar em soluções conjuntamente, que podem passar por diferentes caminhos. Por exemplo, pode-se chegar à conclusão, em conjunto com o beneficiário, de que seja melhor reduzir o escopo do projeto, acelerar a sua execução e voltar em uma próxima etapa a pleitear um volume de recursos para a execução de um novo projeto. Ou eventualmente o beneficiário pode entender também que o projeto é inexecutável, que não há como o levar adiante, sendo preferível o cancelar e apresentar um novo projeto. Enfim, há que se analisar caso a caso os projetos que apresentam problemas de execução e buscar uma solução pragmática, em acordo entre a equipe do Fundo Amazônia e cada beneficiário. Conforme apontado pelo Secretário Gaetani - e é esse o ponto



fundamental - um projeto parado e não executado com volume de recursos disponibilizado, mas sem utilização, não interessa a nenhum dos envolvidos: nem aos beneficiários, nem ao gestor, nem os doadores e, principalmente, tampouco para o ator mais importante, o beneficiário final.

Assim, prosseguiu Gabriel Visconti (BNDES), o BNDES já encaminhou ações em atendimento ao Ofício nº 167/2015/SECEX/MMA. Afirmou que o banco está realizando um diagnóstico dos projetos em curso, de modo a avaliar a possibilidade, em conjunto com cada beneficiário, da aceleração de execução ou da redução de seus escopos. O objetivo é fazer com que os projetos sejam executados. Eventualmente não será possível sua execução exatamente como foi planejado originalmente, será necessário reduzir ou rever. O importante é ter algum encaminhamento, não ficar com um projeto parado achando que a solução virá sozinha. Foi esse, continuou, talvez o principal aprendizado desses seis anos de Fundo Amazônia, de que há situações em que alguns projetos podem ter tantas dificuldades que é mais indicado contornar, pensar em uma coisa menor, executável em um curto espaço de tempo, para depois pensar em uma coisa maior quando houver uma estruturação realmente mais consistente para isso.

Gabriel Visconti (BNDES) assegurou que o BNDES não irá unilateralmente vencer os contratos, ou solicitar a devolução imediata de recursos dos projetos com baixa execução. Irá buscar soluções em conjunto com os beneficiários, mas contando com a boa vontade de todos para entender a situação, de modo que ninguém saia prejudicado, mas buscando que o Fundo Amazônia volte a ter uma trajetória ascendente de desembolsos e de aprovações.

Na sequência, Gabriel Visconti (BNDES) solicitou a manifestação dos demais integrantes do COFA.

Carlos Edegard de Deus (Estado do Acre) comentou que o Estado do Acre foi o primeiro estado a ser beneficiário do Fundo Amazônia. Admitiu que foram cometidos erros na execução desse primeiro projeto, mas que aos poucos foram sendo corrigidos e que agora ele está seguindo um curso normal de execução. Um segundo projeto do Acre foi aprovado, o projeto de implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) no estado, que está sendo executado com sucesso.

Comentou que o que houve foi um aprendizado mútuo, em que por um lado o Fundo Amazônia ampliou sua equipe para fazer face à sua demanda e por outro o Governo do Acre melhorou seus procedimentos, tendo como resultado a adequada execução dos projetos que ora se verifica. Em decorrência, o Acre vem sendo solicitado por outros estados a orientar na execução de projetos de implantação do CAR. Lembrou que há ainda muitos recursos disponíveis no Fundo Amazônia e que é do interesse de todos a adequação de procedimentos de modo a possibilitar a correta utilização desses recursos.



Niro Higuchi (SBPC) indagou quantos dos 75 projetos aprovados estão com problemas de execução, lembrando que alguns deles já foram concluídos.

Gabriel Visconti (BNDES) esclareceu que cinco projetos já foram encerrados, mas que nem todos os outros setenta projetos aprovados estão com problemas, mas apenas alguns. Pontuou que os proponentes do setor público apresentam uma proporção maior de projetos com problemas de execução, ressaltando-se que os municípios tem tido boa execução.

Continuando, comentou que, conforme mencionado pelo Secretário do Acre, Carlos Edegard de Deus, houve um aprendizado também pelo BNDES. Ressaltou que o Fundo Amazônia foi totalmente inovador para o BNDES, uma vez que exigiu uma série de procedimentos em relação à governança, comunicação e transparência, que hoje servem de exemplo para o restante do BNDES. Por outro lado, conforme também mencionou Edegard de Deus, os beneficiários também tiveram um aprendizado, conforme verificado, por exemplo, pela melhoria no andamento do segundo projeto contratado com o Acre, em relação ao primeiro.

De toda sorte, enfatizou que a tendência é de melhoria do quadro geral de execução, tanto pelo aprendizado mútuo verificado, como também em consequência das medidas que estão sendo tomadas pela equipe do BNDES em colaboração com os beneficiários. Assim, concluiu Gabriel Visconti (BNDES), a expectativa é que já em 2016 os problemas apontados estejam todos equacionados, graças à colaboração entre o BNDES, o Ministério do Meio Ambiente e de cada um dos beneficiários, seja público ou oriundo da sociedade civil.

Mário Cardoso (CNI) parabenizou o Ministério do Meio Ambiente pelo Ofício nº 167/2015/SECEX/MMA, comentando que refletiu bem as preocupações manifestadas na última reunião do COFA. Sugeriu, também, que o gráfico apresentado com o índice de execução dos projetos seja apresentado em todas as reuniões do COFA.

Gabriel Visconti (BNDES) agradeceu e elogiou a sugestão, comunicando que será acatada.

Kleber Santos (COIAB) manifestou sua concordância sobre a adequação de se manter a atenção quanto ao grau de execução dos projetos. Entretanto, expressou sua preocupação quanto às orientações contidas no Ofício nº 167/2015/SECEX/MMA no sentido de redimensionar os valores dos projetos em fase de enquadramento e análise. Lembrou que há vários projetos cujos beneficiários finais são povos e comunidades indígenas, em particular aqueles encaminhados por meio da Chamada Pública de Apoio à Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas, que se encontram nessas fases. Expressou sua preocupação com a expectativa gerada nas comunidades indígenas potencialmente beneficiadas por esses projetos.



Francisco Gaetani (MMA) afirmou ser muito pertinente o comentário de Kleber Santos (COIAB), que demonstrou uma preocupação de antecipar problemas, mas comentou que objetivamente o foco da preocupação expressa no Ofício nº 167/2015/SECEX/MMA não é o Terceiro Setor.

Comentou que Terceiro Setor está desempenhando bem e lembrou que em todo Fundo que envolva doações há um componente de experimentação, sendo natural que haja aprendizado, de que haja falhas e dificuldades. Mas, repetiu, a motivação do Ofício não foi o Terceiro Setor, mas principalmente os proponentes do setor público. Lembrou que as instituições do Terceiro Setor já estão apresentando projetos no âmbito da segunda chamada pública no âmbito do Fundo Amazônia, tendo transcorrido sem percalços o andamento da primeira chamada pública. Afirmou que o foco da preocupação são as instituições públicas, federais e estaduais. Lembrou, ainda, que o setor de pesquisas e desenvolvimento, inclusive universidades, também está com um desempenho muito interessante.

Francisco Gaetani (MMA) ressaltou que os casos de projetos cujos beneficiários são instituições públicas em que há recursos empoçados, esterilizados, criam uma situação que compromete a credibilidade da gestão do Fundo Amazônia. Por fim, informou que o Ministério do Meio Ambiente pretende trabalhar, inclusive no âmbito do COFA, a temática de pesquisa e desenvolvimento em sintonia mais estreita com órgãos do Ministério de Ciências e Tecnologia e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Decisões e encaminhamentos

O BNDES tomará medidas, acordadas com os beneficiários responsáveis pela execução dos projetos em que esteja ocorrendo dificuldades de execução, visando acelerar a sua implementação ou a redução do seu escopo.

3. Informes

a) Relato dos avanços e encaminhamentos das quatro comissões temporárias temáticas (*Cerrado, cooperação Sul-Sul, setor privado e municípios*)

Comissão Cerrado:

Gabriel Lui (MMA) inicialmente destacou que o funcionamento das comissões temáticas está sendo um espaço de discussão altamente qualificado. Informou que a Comissão Cerrado usou como ponto de partida de suas discussões o documento PP



Cerrado (Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado), bem como um conjunto de perguntas orientadoras elaboradas pelo MMA para organizar as discussões.

Considerando que está sendo colocada em debate a expansão do apoio do Fundo Amazônia no bioma Cerrado, o primeiro tópico discutido pela Comissão endereçou as ações que deveriam ser priorizadas dentro desse bioma. Mencionou que uma primeira reflexão dos membros da Comissão foi que as ações apoiadas pelo Fundo Amazônia deveriam estar alinhadas com os 12 macro-objetivos do PP Cerrado.

Em relação à área, isto é, quais seriam as áreas prioritárias a serem atendidas, informou que houve um debate bastante produtivo, inclusive abordando uma demanda que já tinha sido colocada pelos estados da Amazônia, a saber, a expansão da ação do Fundo Amazônia para todo o limite da Amazônia Legal e não apenas o bioma Amazônia, como hoje consta do Decreto nº 6.527/2008.

Avaliou que a Comissão alcançou consenso em relação ao tema de expandir o apoio do Fundo Amazônia para toda a Amazônia Legal, inclusive devido a ser essa a área que tem o desmatamento monitorado pelo Sistema Prodes do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), bem como ser esse o recorte adotado pelas políticas públicas brasileiras em relação à Amazônia, que introduziu no conceito de Amazônia Legal uma borda (“*buffer*”) de proteção do bioma Amazônia. Dessa forma, feita essa alteração, a parcela do bioma Cerrado que se encontra na Amazônia Legal passaria a ser objeto do apoio irrestrito do Fundo Amazônia, haja vista que hoje o apoio do Fundo Amazônia a projetos fora do bioma Amazônia se limita a projetos de desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento.

Ainda com relação à área do bioma Cerrado a ser apoiada para além da Amazônia Legal, Gabriel Lui (MMA) acrescentou que foi discutida a possibilidade de serem definidas áreas específicas nos documentos bianuais (“Focos para Apoio do Fundo Amazônia”) que são aprovados pelo Comitê Orientador do Fundo Amazônia - COFA.

Uma das áreas apontadas pela Comissão como prioritária foi a região denominada de Matopiba nos estados da Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins. Informou que apesar do consenso da Comissão quanto à prioridade dessa área passar a ser beneficiada com um apoio expandido do Fundo Amazônia, não houve igual consenso quanto se essa região deveria ser incluída em caráter permanente como objeto do apoio do Fundo Amazônia ou, alternativamente, a sua inclusão deveria ser dar temporariamente por meio de diretriz bianual do COFA.

No que tange o restante do bioma Cerrado, foi discutido pela Comissão que poderia estar contemplada a possibilidade de áreas específicas serem apoiadas a partir de definição específica do COFA nas diretrizes do Fundo Amazônia (focos bianuais). A Comissão também discutiu a possibilidade de ser proposta uma expansão do limite de 20% do apoio do Fundo Amazônia a projetos em outros biomas brasileiros, haja



vista que o escopo desse apoio estaria sendo ampliado no que tange o bioma Cerrado.

Após o relato, João Bosco dos Santos (FBOMS) manifestou o interesse do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - FBOMS integrar a Comissão Cerrado, ressaltando a vinculação de várias organizações que atuam nesse bioma à FBOMS.

Francisco Gaetani (MMA) mencionou a crescente demanda de apoio do Fundo Amazônia a projetos fora do bioma Amazônia, bem como de apoio no âmbito da cooperação Sul – Sul, o que pressiona o limite de 20% dos recursos do Fundo Amazônia disponíveis para o apoio a projetos fora do bioma Amazônia.

Ana Luiza Peterlini (MT) pontuou que ampliar a atuação do Fundo Amazônia do bioma Amazônia para Amazônia legal corresponde a uma reivindicação dos governadores da Amazônia, conforme a Carta de Cuiabá, de 29.05.2015 (“Pacto pela Valorização da Floresta e Redução de Emissões do Desmatamento (REDD+) na Amazônia Legal). Acrescentou que ampliar o escopo do apoio do Fundo Amazônia no bioma Cerrado fora da Amazônia Legal exigirá o estabelecimento de limites territoriais do apoio dentro desse bioma, haja vista que o bioma Cerrado é muito extenso, alcançando do Piauí ao Paraná.

Comissão Sul – Sul:

Em seguida Daniela Baccas (BNDES) passou a relatar o andamento dos trabalhos da Comissão Sul-Sul, destacando inicialmente que os debates se deram em torno de dois eixos, a saber, conteúdo dos projetos internacionais do Fundo Amazônia e governança e operacionalização desses apoios financeiros.

Com relação ao conteúdo foi lembrado que por restrições normativas do Decreto nº6.527/2008 e das diretrizes estabelecidas pelo COFA, o apoio do Fundo Amazônia em outros países tropicais está limitado a projetos que contribuam para a criação ou aprimoramento de sistemas de monitoramento da cobertura florestal.

Foi discutida a ampliação desse escopo de forma a apoiar outros países na construção do nível de referência de emissões florestais para pagamentos por resultados de REDD+. No âmbito da Comissão Sul-Sul também foi discutido modificar o conceito de países tropicais para países em desenvolvimento ou países com florestas, já que o atual conceito impede o apoio a alguns países, inclusive na América do Sul, que talvez devessem ser apoiados pelo Fundo Amazônia.

Com relação à temática da governança dos projetos internacionais do Fundo Amazônia, relatou que alguns pontos já foram referendados pelo grupo como importantes de serem endereçados. O primeiro deles refere-se à necessidade de ter um arcabouço institucional para que os projetos internacionais do Fundo tenham um fluxo mais célere e eficiente, com uma governança institucionalizada.



Isso incluiria a definição de um fluxo de responsabilidades e atribuições, principalmente entre os três atores principais, a saber, o próprio BNDES como financiador, o MMA como entidade técnica de apoio a esses projetos e o Itamaraty (MRE).

Acrescentou que a importância do Itamaraty foi destacada no âmbito da Comissão Sul-Sul, devendo ser pensado como ampliar as atribuições e a participação do MRE nos projetos internacionais do Fundo. Informou que a Agência Brasileira de Cooperação – ABC também participou com alguns subsídios, inclusive a notícia de que hoje não existe um marco institucional para a cooperação Sul-Sul prestada pelo Brasil a outros países em desenvolvimento.

Por fim, mencionou que o grupo também entendeu importante deixar claro nas diretrizes do Fundo Amazônia quais seriam os elementos essenciais para um projeto ser apoiado e quais requisitos teriam que ser atendidos por um proponente que se habilite a executar esses projetos.

Arno Jerke (MAPA) comentou que a quantidade atual de recursos disponíveis é um problema para o Fundo Amazônia face os desafios que enfrenta. Diante dessa restrição financeira, ponderou que talvez devesse ser avaliada uma redução do escopo da atuação internacional do Fundo, após a devida análise diplomática.

Francisco Gaetani (MMA) argumentou que há a visão do Fundo Amazônia como um instrumento de cooperação Sul-Sul e de cooperação triangular global. E ainda, que na medida em que os doadores também tenham interesse nessa perspectiva não deverá haver um constrangimento de recursos financeiros provenientes de doações para essa finalidade.

Comissão Setor privado:

Gabriel Lui (MMA) relatou que a comissão inicialmente discutiu como ampliar a participação do setor privado na economia florestal de espécies nativas. Com relação ao setor madeireiro, houve consenso de que há necessidade de aprimorar o ambiente normativo e regulatório dessa atividade, e ainda, que isso não é necessariamente papel do setor privado, mas que este tem a experiência para mostrar quais são os pontos e os gargalos que precisam ser enfrentados.

Em relação ao setor não madeireiro foi discutido pela comissão o fomento aos arranjos produtivos sustentáveis e de como deveria se dar a participação do setor privado na estruturação de cadeias dos produtos da sociobiodiversidade. Mencionou que nessa discussão foram colocados exemplos como o da Coca Cola, no fomento da cadeia de açaí, do Walmart, no fomento da cadeia da castanha e outros.

A comissão discutiu ainda a possibilidade de implementação desse tipo de apoio por meio de chamada pública, considerada uma forma interessante de ordenar a



demanda e garantir que o apoio seja direcionado para as ações julgadas prioritárias. Ressaltou, ainda, o entendimento de que deverá ser feita uma rodada prévia de conversas com empresas para levantar as possibilidades de cooperação.

Mencionou que o setor empresarial, apesar de vir a auferir benefícios nesse tipo de modelo, seria um parceiro e não o beneficiário direto dos recursos do Fundo Amazônia. Nesse contexto a comissão discutiu também o tema das salvaguardas a serem observadas em arranjos dessa natureza.

Como encaminhamento de suas atividades, a comissão se propôs a conhecer experiências anteriores de parcerias estabelecidas entre populações tradicionais e o setor privado na estruturação de cadeias de produtos da sociobiodiversidade, a fim de mapear os fatores de sucesso e insucesso dessas experiências.

Francisco Gaetani (MMA) manifestou o entendimento de que o apoio ao setor privado não deveria ser dar diretamente às empresas. Aproveitou para mencionar que a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa e a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP desenvolvem um trabalho de suporte à pesquisa onde o recurso entra no contexto de mobilização de recursos adicionais, com direcionamentos muito específicos. Sugeriu, então, que a comissão também discuta com a Embrapa e a FINEP como apoiar o desenvolvimento do setor privado na Amazônia de forma consistente com os objetivos do Fundo Amazônia, de forma a aproveitar as capacidades adicionais dessas instituições de excelência.

Luiz Fernandes Rocha (PA) relatou os esforços que estão feitos no estado do Pará para inibir o comércio ilegal de madeira, destacando que essa ação vem sendo desenvolvida pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Pará de forma integrada com os órgãos do sistema de segurança. Mencionou que nos meses de julho e agosto de 2015 foram deslançadas três grandes operações no estado do Pará, onde vários responsáveis pelo desmatamento ilegal foram presos.

Destacou que esse tipo de operação de repressão ao comércio ilegal de madeira beneficia aqueles que trabalham corretamente e que são prejudicados por aqueles que trabalham ilegalmente. Pontuou que as ações de repressão resultaram de um trabalho que conjuga monitoramento, inteligência e investigação, priorizando a punição dos grandes beneficiários dessas atividades ilegais.

Fez referência ao estado do Mato Grosso que também realizou uma operação recente de repressão a esse tipo de ilícito, destacando que é necessário fechar o cerco à madeira ilegal em toda a Amazônia.

Ressaltou, por fim, os esforços que o estado do Pará vem desenvolvendo para imprimir maior celeridade e transparência à aprovação dos planos de manejo, de forma a valorizar aqueles que trabalham direito, bem como permitir o acompanhamento de toda a cadeia de custódia da madeira.



Francisco Gaetani (MMA) parabenizou os resultados alcançados pelo estado do Pará na repressão do comércio ilegal de madeira, tendo aproveitado para enfatizar a necessidade de integração das bases de dados dos governos estaduais com os dados do governo federal, de forma a que se saiba quanto do desmatamento é legal e quanto é ilegal.

Ana Luiza Peterlini (MT) relatou que de fato foi efetuada em agosto de 2015 uma grande operação de repressão ao comércio ilegal de madeira no estado do Mato Grosso. E ainda, que foi detectada no início de 2015 uma fraude no SISFLORA, o sistema de controle de produtos florestais utilizado pelos estados do Mato Grosso e Pará, que acabou permitindo a inserção ilegal de muitos créditos de forma virtual. Exemplificou que somente no mês de janeiro de 2015 foram inseridos 150.000m² de créditos irregulares.

Sublinhou que para combater essa competição desleal é necessário investir no melhoramento da gestão florestal e nos controles da cadeia produtiva da madeira, tanto o Sistema DOF quanto os sistemas próprios dos estados.

Destacou que nas discussões da Comissão Setor Privado apresentou sua avaliação de que uma das formas para melhorar os sistemas de controle da cadeia da madeira é fazer o seu rastreamento por meio de chips eletrônicos. E ainda, que é necessário encontrar uma forma de incentivar o manejo do pequeno produtor de madeira, que é praticamente inexistente no Mato Grosso.

Carlos Edegard de Deus (AC) informou que no estado do Acre foi constituída uma força tarefa integrando o IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, o INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e os órgãos estaduais. Acrescentou que como contraponto a essas ações de comando e controle também estão sendo incentivadas atividades de manejo nas áreas de floresta e de piscicultura, criação de pequenos animais e outras atividades sustentáveis nas áreas já abertas, como uma forma de reduzir o avanço do desmatamento da floresta.

Mário Cardoso (CNI) ressaltou que o custo de produzir madeira na região Amazônica é muito alto, pois as dificuldades são muito grandes. Salientou que o setor madeireiro que está dentro da conformidade legal recomenda que seja reforçada a fiscalização com a repressão do comércio de madeira ilegal, já que este representa uma concorrência desleal àqueles que produzem dentro da lei. Adicionalmente, manifestou que é necessária a melhoria do arcabouço regulatório que rege essa indústria. Resumiu manifestando o entendimento de que é necessário atuar nessas duas vertentes, facilitando quem atua na legalidade e responsabilizando com o rigor da lei aqueles que atuam à margem da lei.

Rafik Saab (FNBF) manifestou achar interessante a utilização de chips eletrônicos para o rastreamento da madeira, todavia, ponderou que essa providência representaria mais um custo para o negócio do manejo madeireiro. Em face dessas



considerações e da própria política pública de combate ao desmatamento, colocou a pergunta se o custo desses chips eletrônicos não deveria ser uma contrapartida do estado, que forneceria esses chips quando da concessão da autorização para o manejo madeireiro.

Comissão Municípios:

Juliana Santiago (BNDES) inicialmente lembrou o histórico do apoio do Fundo Amazônia aos municípios da Amazônia. Mencionou que apesar da carteira atual apresentar um bom percentual de execução houve um conjunto de projetos de municípios que foram cancelados por diferentes motivos.

Relatou que no âmbito da Comissão Municípios foi discutido primeiramente qual deveria ser o foco do apoio do Fundo Amazônia, tendo sido identificado que a recuperação florestal poderia ser uma ação importante a ser apoiada por meio desses entes públicos. Dessa forma, seriam priorizadas a restauração florestal de áreas de preservação permanente (APPs), de áreas degradadas de pequenos imóveis rurais, bem como o reflorestamento objetivando a proteção de recursos hídricos e a recarga de aquíferos.

Mencionou que um segundo ponto discutido foi qual deveriam ser as áreas a serem priorizadas, haja vista que há mais de 500 municípios no bioma Amazônia. Uma possibilidade aventada foi de apoiar consórcios públicos intermunicipais, todavia, foi apontado que se trata de um arranjo relativamente novo e, por conseguinte ainda pouco disseminado. Em face disso e da impossibilidade de serem apoiados diretamente todos os municípios por conta de seu grande número, aventou-se a alternativa de ser feita uma chamada pública de projetos para esse público.

Francisco Gaetani (MMA) salientou que o universo dos municípios é bastante heterogêneo. Mencionou que na área de saneamento básico o estado do Amazonas, por exemplo, teve uma experiência muito exitosa com consórcio. Dessa forma, sugeriu à Comissão Municípios que esteja aberta à ideia de combinar diferentes instrumentos de apoio aos municípios da Amazônia.

b) Balanço do Cadastro Ambiental Rural (CAR)

Raimundo Deusdará (SFB) iniciou sua apresentação informando que todas as informações sobre o CAR que estaria compartilhando se encontram na página do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) na internet.

Esclareceu que o CAR se tornou um registro de âmbito nacional com o “Novo” Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), sendo de natureza declaratória e obrigatório para todas as propriedades e posses. Destacou que o novo marco legal prevê a suspensão do crédito agrícola a todo e qualquer imóvel rural que não esteja inscrito no CAR a partir de 2017.



Destacou os principais benefícios de adesão ao CAR para os produtores rurais como por exemplo a suspensão de sanções e acesso a programas de regularização ambiental – PRA, a certificação de ativos florestais e acesso a programas envolvendo pagamento por serviços ambientais; para as agências de meio ambiente mencionou a possibilidade de diferenciação de desmatamento legal e ilegal, o monitoramento e combate ao desmatamento, a sua utilização como ferramenta de apoio ao licenciamento e para fins de formulação de políticas públicas e para a melhoria da gestão ambiental. Por fim, mencionou que para as empresas e os consumidores o CAR permite a escolha de produtos e serviços oriundos de imóveis rurais que cumprem o Código Florestal.

Como exemplo concreto da utilidade do CAR para fins de formulação de políticas e programas públicos, mencionou que está em estudo o lançamento de fundos que financiem a recuperação de nascentes, sendo que toda a análise dessa iniciativa está sendo feita a partir dos dados do CAR. Assim, por meio do CAR estão sendo identificadas quais são as áreas de carga e recarga de reservatórios para abastecimento humano que apresentam o maior déficit de APP, permitindo dessa forma a definição das áreas críticas para a recuperação de nascentes.

Destacou, também, que com o CAR será possível saber qual é a real dimensão das áreas de APP e reserva legal que terão que ser recuperadas no país como um todo. Acrescentou, ainda, que o país passará a ter um diagnóstico de como estão distribuídas as florestas e as vegetações nativas remanescentes nas propriedades e posses rurais, ou seja, o país saberá a dimensão das reservas florestais nas propriedades e posses privadas.

Raimundo Deusdará (SFB) em seguida falou sobre a rastreabilidade da madeira nas concessões florestais do governo federal. Inicialmente lembrou que a concessão florestal é uma delegação onerosa, feita pelo poder concedente, do direito de praticar manejo florestal sustentável para exploração de produtos e serviços numa unidade de manejo, mediante licitação, à pessoa jurídica, em consórcio ou não, que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e prazo determinado.

Na sequência apresentou o sistema de rastreabilidade da madeira adotada nas concessões públicas, constituído de um sistema informatizado que controla a produção da madeira das concessões florestais, desde a floresta, passando pela serraria, até chegar ao mercado consumidor, bem como o controle georreferenciado das árvores e o rastreamento da madeira serrada ao longo da cadeia de comercialização.

Francisco Gaetani (MMA) comentou que dentro das concessões florestais do governo federal a tecnologia está avançando muito, sendo agora um desafio generalizar esses avanços em todo o bioma Amazônia.



c) Preparação do Brasil para a COP-21 (Paris), submissão da INDC Brasil e declarações conjuntas sobre clima com China, EUA e Alemanha

Carlos Klink (MMA) inicialmente destacou que o ano de 2015 é um ano crucial para as negociações no âmbito da Convenção sobre Mudanças do Clima das Nações Unidas (UNFCCC). Destacou que na Conferência das Partes - COP 21, que acontecerá em Paris, deverá ser definido um novo acordo global de corte de emissões de gases de efeito estufa (GEE).

Ressaltou que o desafio é promover mudanças estruturais nos modelos de desenvolvimento a nível mundial e, com isso, limitar o aumento da temperatura média da terra a até 2°C em relação ao período pré-industrial.

Relatou o processo de amplas discussões internas para a construção da Contribuição Nacionalmente Determinada (INDC) a ser apresentada pelo Brasil em Paris, envolvendo a sociedade civil, a academia e o governo brasileiro.

Ressaltou que esse novo acordo internacional deverá ter forte repercussão não só no setor de conservação de estoques de carbono florestal, mas também implicará em profundas mudanças em diversos setores econômicos. Saliou que será necessário pensar o desenvolvimento brasileiro a médio e longo prazos, traçando uma rota para o Brasil se tornar uma economia de baixa emissão de carbono.

Informou que o Brasil reduziu em cerca de 40% suas emissões de GEE entre 2005 e 2012, o que representa uma redução muito expressiva que guarda grande correlação com a redução do desmatamento. Acrescentou que o desmatamento, que representava no passado aproximadamente 58% das emissões brasileiras, responde atualmente por cerca de 16% do total dessas emissões.

Em face dessa clara mudança no perfil das emissões brasileiras manifestou que será necessário dedicar especial atenção aos planos nacionais de energia e de agricultura de baixo carbono, a fim de que o país atinja as metas que venham a ser definidas.

Carlos Klink (MMA) informou que houve forte sinalização da prioridade de que se reveste o tema da conservação e da restauração florestal tanto na declaração conjunta divulgada quando da visita oficial do Primeiro-Ministro da República Popular da China ao Brasil, quanto na declaração conjunta Brasil-Estados Unidos sobre Mudança do Clima tornada pública em Washington, D.C. Nesse contexto mencionou que o Brasil tem dezenas de milhões de hectares de pastagens degradadas que poderiam ser melhor aproveitadas ou restauradas através de florestas.

Mencionou que Brasil e EUA, reconhecendo a necessidade de acelerar o emprego de energia renovável para ajudar a mover suas economias, pretendem atingir,



individualmente, 20% de participação de fontes renováveis - além da geração hidráulica - em suas respectivas matrizes elétricas até 2030.

No contexto da recente visita ao Brasil da Chanceler da República Federal da Alemanha, Angela Merkel, destacou a importância da parceria existente entre os dois países, informando que esta vem se intensificando. Mencionou que a Alemanha não só declarou o compromisso de fazer novas doações ao Fundo Amazônia como também sua disposição de apoiar com recursos financeiros outras iniciativas de redução de emissões de GEE. Por fim, ressaltou ainda o protagonismo da Alemanha na proposição de um processo de descarbonização da economia global até o final do século XXI.

4. Encerramento

Francisco Gaetani (MMA) tomou a palavra, agradeceu a todos pela presença e encerrou a reunião.

5. Membros do COFA presentes à reunião: (titulares, suplentes ou representantes substitutos)

Ministério do Meio Ambiente

Francisco Gaetani (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente)
Carlos Augusto Klink (Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental)

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Arno Junior (suplente)

Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação

Jailson Bittencourt de Andrade (titular)

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

Gabriel Rangel Visconti (suplente)

Estado do Acre

Carlos Edegard de Deus (titular)
Magaly Medeiros (suplente)

Estado do Amazonas

Luís Henrique Piva (suplente)

Estado do Mato Grosso

Ana Luíza Peterlini de Souza (titular)

Estado do Pará

Luiz Fernandes Rocha (titular)



Estado do Tocantins

Luzimeire Ribeiro de Moura carreira (titular)

Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – FBOMS

João Bosco dos Santos (titular)

Adriana Ramos (suplente)

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB

Kleber Luiz Santos dos Santos (titular)

Confederação Nacional da Indústria – CNI

Mário Augusto de Campos Cardoso (titular)

Fórum Nacional das Atividades de Base Florestal - FNABF

Rafik Hussein Saab Filho (representante)

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG

Antoninho Rovaris (titular)

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC

Niro Higuchi (titular)

12. Representantes que não compareceram

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Ministério das Relações Exteriores

Ministério do Desenvolvimento Agrário

Casa Civil da Presidência da República

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Estado do Amapá

Estado do Maranhão

Estado de Rondônia

Estado de Roraima

13. Especialistas, convidados e observadores

Externos	
Representação	Nome
Embaixada da Noruega	Anahita Yousefi
Embaixada da Noruega	Patrícia Bethlem
Embaixada da Alemanha	Lennart Eisenbraeger
Embaixada da Alemanha	Joachim Schemel
KfW	Christian Lauerhass
MMA	Gabriel Henrique Lui
MMA	Raul Oliveira
MMA	Mônica Negrão
MMA	Luciano Oliva
SFB	Raimundo Deusdará
GIZ	Helmut Eger
GIZ	Annemieke Alberts
GIZ	Heliandro Maia
GIZ	Bernardo Anache
GIZ	Janina Budi
SEMA Pará	Maria Gertrudes Oliveira
Governo do Pará	Justiniano Netto
Governo do Pará	Felipe Zagalo
MAPA	Jefé Leão Ribeiro
BNDES	Juliana Santiago
BNDES	Daniela Baccas
BNDES	Ângela Skaf
BNDES	Bernardo Braune
BNDES	Daniel Soeiro

FUNDO AMAZÔNIA

BNDES	Claudia Nessi
BNDES	Rodrigo Brito
BNDES	André Ferro
BNDES	Gil Borba
BNDES	Caroline Sardenberg
BNDES	Juliana Alvim
BNDES	Fábio Plotkowski
BNDES	Dílson Pires
BNDES	Márcio Onodera
BNDES	Raphael Stein
BNDES	Mariana Lima
BNDES	Isabela Chan
BNDES	Ana Paula Donato
BNDES	Renata Gessullo
BNDES	Adriana Nazaré
BNDES	Mariana Bloomfield
BNDES	Aline Brandão
BNDES	Eduardo Sá
BNDES	Ludmila Costa
BNDES	Gabriel Areal